



## INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Euzane Maria Cordeiro<sup>1</sup>  
Roseli Maria de Almeida<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática: “Avaliação da aprendizagem na perspectiva da Educação Inclusiva”, e visou dar resposta ao seguinte questionamento: Quais são os instrumentos mais eficazes, para avaliar o processo de ensino-aprendizagem de crianças com deficiência, segundo os estudos mais recentes já produzidos? Diante desse questionamento a pesquisa teve como objetivo principal pesquisar, identificar e analisar as principais ideias inerentes aos instrumentos de avaliação que podem ser utilizados de maneira adequada e eficaz pelos professores que atuam com crianças com deficiência. O estudo foi fundamentado em diferentes autores. Os principais resultados indicaram que os professores que estiverem dispostos a entender a importância de aprender a lidar com a heterogeneidade e com os diversos instrumentos avaliativos alcançam resultados melhores e propiciam avanços surpreendentes no processo ensino e aprendizagem de crianças com deficiência. O estudo mostrou ainda que não existe receita, e sim, um olhar atento do professor e da equipe pedagógica, a disposição de enfrentar desafios com tranquilidade, buscar novos conhecimentos e usá-los. Conhecer o aluno e suas particularidades e subjetividades individuais, realizar intervenções precisas, ter ações pedagógicas planejadas, conhecer e saber usar novos instrumentos avaliativos da aprendizagem com tranquilidade e segurança. Os instrumentos avaliativos possibilitam a tomada de conhecimento real da aprendizagem, portanto sinalizadores de caminhos a seguir com segurança. Um professor seguro acredita no seu potencial, na capacidade de aprendizagem da criança e tem o desejo real de fazer a diferença na vida dessas crianças de forma humanizada.

**Palavras-chave:** Avaliação, Ensino, Aprendizagem, Educação, Inclusiva.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo trata dos resultados de uma pesquisa sobre a avaliação no contexto da aprendizagem de crianças com deficiência. Esta pesquisa foi norteadada pela busca de

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU, [euzanemaria@yahoo.com.br](mailto:euzanemaria@yahoo.com.br);

<sup>2</sup> Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU, [roselimalmeida@hotmail.com](mailto:roselimalmeida@hotmail.com).



resposta à seguinte indagação: Quais são os instrumentos mais eficazes, para avaliar o processo de ensino-aprendizagem de crianças com deficiência, segundo os estudos mais recentes já produzidos?

Diante dessa questão, foram estabelecidos os seguintes objetivos: Pesquisar, analisar e sistematizar as principais ideias inerentes ao processo de avaliação da aprendizagem de crianças com deficiência. Além disso, buscou-se também de forma específica analisar os instrumentos mais eficazes para avaliar o processo ensino-aprendizagem de crianças com deficiência contribuindo de forma significativa com os educadores e tornando acessível o resultado da pesquisa.

O artigo sobre a avaliação da aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva se justifica, pois pretende-se contribuir para a formação de professores que têm, em suas salas de aulas, crianças com algum tipo de deficiência, para que ampliem seus conhecimentos, suas práticas pedagógicas acerca da avaliação do processo ensino- aprendizagem, de forma a desenvolverem sua prática pedagógica com tranquilidade, sensibilidade, assegurados pelo que de mais novo existe em termos de instrumentos avaliativos.

O estudo permitirá o professor agir com conhecimento, segurança e serenidade. Se o professor está preparado, seguro, com certeza, as crianças também estarão amparadas, confiantes e avançarão em aprendizagem, desenvolvendo suas habilidades, potencialidades e competências. Acredita-se que é possível proporcionar ao professor um olhar mais atento, que facilitará as intervenções precisas, nos momentos exatos, para que as crianças avancem e o professor perceba onde e como é necessário intervir, lembrando sempre das particularidades individuais e necessidades diferenciadas de cada criança.

## **METODOLOGIA**

A abordagem metodológica foi a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica realizada se baseou nos estudos de Hoffmann (2002-2009), Salinas (2004), Mantoan (2007-2008), Rodrigues e Lima-Rodrigues (2011), entre outros que contribuíram de forma significativa.

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p.79) a pesquisa bibliográfica tem como objetivo “[...] encontrar repostas aos problemas formulados, e o recurso utilizado para isso é a consulta dos documentos bibliográficos”. Concluem os autores afirmando que, nesse tipo de pesquisa, “[...] a fonte das informações, por excelência, estará sempre na forma de



documentos escritos, estejam impressos ou depositados em meios magnéticos ou eletrônicos”.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Um dos grandes desafios da escola é avaliar as crianças com deficiência de forma realmente humanizada. Procura-se discutir, neste artigo, os instrumentos mais eficazes para avaliar o processo de ensino-aprendizagem de crianças especiais segundo os estudos mais recentes já produzidos, pretende-se também contribuir com a formação de docentes que trabalham na perspectiva da educação inclusiva. A fim de desenvolver seus conhecimentos, tornando possível aprimorar sua prática pedagógica com confiança, sempre apoiada pelos instrumentos avaliativos mais consideráveis.

Observa-se, nas classes onde há crianças com deficiência uma inquietação, insegurança e angústia por parte do professor, quanto à avaliação. Avaliar vai além da obtenção de resultados. Uma avaliação adequada aponta, direciona e mostra um caminho dinâmico.

Com instrumentos e estratégias de avaliação apropriada torna-se possível formar sujeitos com capacidade crítica conhecendo direitos e deveres inerentes à vida em sociedade. Portanto, o resultado desta pesquisa permitirá ao docente uma prática segura, facilitadora de intervenções precisas, importantes para que os alunos avancem em aprendizagem, desenvolvendo suas habilidades e competências, somando aprendizagens que possibilitarão serem cidadãos inseridos na sociedade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com Rodrigues e Lima-Rodrigues (2011), a educação inclusiva tem como objetivo as mudanças e transformações que devem ocorrer no processo educativo. Essas transformações requerem ações no campo da adequação curricular, acesso e condições de permanência do aluno com deficiência no cotidiano da escola regular. Para tanto, faz-se necessário estabelecer um novo olhar por parte dos professores sobre os alunos no ambiente escolar, o planejamento das aulas e recursos didáticos a serem utilizados.

Para Vagula e Vedoato a Educação Inclusiva pode ser concebida (2014) como,



[...] a capacidade de acolher a todos, independentemente de suas condições; possibilita revisão de nossas práticas, para assim, construir a escola da diversidade. Na escola de todos não há espaço para práticas que exijam o domínio de aprendizagem de todos da mesma forma; a inclusão acontece por meio do acesso a um currículo flexível e adaptado, atividades e materiais diversificados (VAGULA; VEDOATO, 2014, p.4).

É primordial que o professor conheça seus alunos, participe do seu mundo e das experiências que vivenciam. O planejamento deve considerar todos os alunos em sua individualidade. Se acreditarmos ou pensarmos na aprendizagem de forma padronizada, formatada, inviabilizaremos oportunidade de aprender daqueles que aprendem de forma diferente. Quando o professor cria, planeja e realiza ações, em sala ou em extra sala, ele oferece alternativas para que o estudante adquira o sentimento de pertença ao grupo, aproximando-se dos demais. São ações geradoras de aprendizagens significativas.

De acordo com Oliveira e Campos (2005):

A avaliação deve se caracterizar como um instrumento capaz de estabelecer as condições de aprendizagem do aluno e sua relação com o ensino. Seus procedimentos devem permitir uma análise do desempenho pedagógico, oferecendo subsídios para o planejamento e a aplicação de novas estratégias de ensino que permitam alcançar o objetivo determinado pelo professor em cada conteúdo específico (OLIVEIRA; CAMPOS, 2005, p. 53).

Assim como a diversidade cultural é parte da sociedade, e não há dúvidas em relação a isso, sabe-se que as crianças com deficiência possuem suas limitações, mas também têm potencialidades a serem desenvolvidas. Os alunos aprendem de maneiras diferentes, vários ritmos, cada um a seu tempo, a seu modo, mas aprendem, independentemente de sua idade cronológica. E é urgente a abertura do olhar do professor, a fim de promover as intervenções precisas, nos momentos exatos, para que as crianças avancem e o professor capte onde e como intervir, como avaliar, como ajudar, lembrando sempre das particularidades individuais, subjetividades e necessidades diferenciadas de cada criança.

Nesse contexto, Mantoan (2007, p. 50) explica que “[...] é urgente substituir o caráter classificatório da avaliação escolar, através de notas e provas, por um processo que deverá ser contínuo e qualitativo, visando depurar o ensino e torná-lo cada vez mais adequado e eficiente à aprendizagem de todos os alunos”.

Para Hoffmann (2009, p. 21) “[...] a avaliação direciona-se, essencialmente, para frente, não para julgar e classificar o caminho percorrido, mas para favorecer a evolução da trajetória do educando”.

O professor quando compreende que a avaliação é parte integrante do processo de



quem ensina e de quem aprende coaduna com esses aspectos quando demonstra entender que a avaliação também deve assumir uma via de mão dupla, na qual ensina, mas também aprende, sendo esse processo necessário para a consolidação da aprendizagem.

Segundo a Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) Art. 6º: “[...] para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, à escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 2001, p.70 - 71).

Contando, para tal, com:

- I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;
- II - o setor responsável pela Educação especial do respectivo sistema; III - a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário (BRASIL, 2001, p.70 - 71).

De acordo com as diretrizes, avaliar a aprendizagem de alunos com deficiência constitui uma ação abrangente, com a extensão dessa responsabilidade a todos os atores da prática pedagógica. São necessárias, ainda, modificações no contexto de tornar essa avaliação promotora da aprendizagem inclusiva, em vez de ameaçadora e excludente.

Segundo Luckesi (2001) a prática avaliativa deve ser capaz de ir além do sentido de avaliar a aprendizagem, mas inferir o valor individual de cada aluno, proporcionando o seu crescimento e sua evolução como indivíduo e como parte integrante de uma sociedade. E que acima de tudo, seja uma avaliação envolvida com uma prática pedagógica significativa, inovadora, amorosa e não excludente.

O redirecionamento de práticas avaliativas cristalizadas que não atendem as reais necessidades de crianças com deficiência é possível, mesmo quando o professor não esteja preparado. O professor precisa aceitar e acreditar no seu potencial e ter um real desejo de fazer a diferença na vida dessas crianças. Estar disposto a enfrentar o desafio e buscar novos conhecimentos, pesquisando, dedicando tempo e principalmente abertura na forma de ver a criança com deficiência. Conhecer a criança é essencial. Descobrir os mecanismos pelos quais aprende. Uma das grandes preocupações e angústias dos professores se dá pelo motivo do desconhecimento sobre o aluno. O conhecimento proporcionará a descoberta do que fazer, como fazer e quando fazer, com cada criança, observando suas necessidades diferenciadas.



Mantoan (2008) saliente que o acolhimento das diferenças fará sentido ao professor mediante mudança do olhar que este profissional possui em relação aos alunos, evidencia que acolher as diferenças só terá sentido para o professor e fará com que ele rompa com posturas e tradicionais de ensino assim como com desempenho padronizado e homogêneo de cada aluno. Somente com mudança de postura didática e pedagógica os docentes serão capazes de mediar o engajamento e desenvolvimento de todos os alunos fazendo a inclusão daqueles que possuem alguma deficiência.

Conforme as prerrogativas da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, (2008) confere à Educação Especial a modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Regular. Dentro deste contexto, a inclusão se torna também responsável pelo atendimento educacional especializado (AEE), em razão de propor recursos e serviços e fazer orientação acerca de sua utilização inserida no cotidiano do sistema do ensino regular (BRASIL, 2008).

O documento menciona ainda as seguintes orientações:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.10).

Neste contexto, segundo Oliveira e Campos (2005) a identificação das necessidades da deficiência do aluno é um ponto fundamental para preparar o professor que se tornará capacitado para atuar no processo de ensino e aprendizagem desses alunos nas salas de ensino comuns. Preparados, os professores poderão acompanhar melhor o desenvolvimento da escolarização desse aluno nas classes comuns, utilizando recursos necessários para viabilizar o êxito no processo de escolarização.

É importante mencionar que o serviço oferecido no Atendimento Educacional Especializado (AEE) da escola, não tira do professor a responsabilidade pelo ensino-aprendizagem de seus alunos, inclusive os alunos com deficiência. O AEE é um departamento especializado que oferece apoio, orientações pedagógicas ao professor e acompanha as crianças nas suas individualidades e necessidades específicas, auxiliando no



avanço da aprendizagem.

Por meio da avaliação, o professor poderá acompanhar o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem do aluno e, avaliar o seu ensino, o seu desenvolvimento e conseqüentemente realizar uma análise didática. Com base nos resultados dessa avaliação, o professor saberá que hipóteses tiveram efeito positivo e quais as mudanças precisam ser feitas para melhorar o seu ensino.

É possível inferir que avaliação da aprendizagem como investigação didática deve contribuir para a busca de respostas inerentes ao desenvolvimento da aprendizagem, na busca em compreender as possíveis dificuldades encontradas pelas crianças, objetivando as atividades propostas para superar as limitações, e dessa forma, proporcionar-lhes um melhor acompanhamento tendo em vista a análise não só dos resultados, mas, também, dos processos e dos caminhos percorridos na direção de construir o conhecimento.

A concepção de avaliação contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) é compreendida pelos educadores como elemento integrador, entre a aprendizagem e o ensino, que envolve múltiplos aspectos:

[...] o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma; obtenção de informações sobre os objetivos que foram atingidos; obtenção de informações sobre o que foi aprendido e como; reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa; tomada de consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades (BRASIL, 1998, p. 97).

De acordo com Oliveira e Campos (2005, p. 4) “[...] a questão da avaliação surge como elemento essencial para dar suporte e direcionar a prática pedagógica, colocando em destaque o desempenho escolar destes alunos”. É importante destacar que nesta nova configuração da educação especial na perspectiva inclusiva, é necessário respeitar o direito de todos os alunos inclusive nos procedimentos avaliativos, pois estes servirão para nortear as próximas intervenções pedagógicas para todos os estudantes.

Segundo a Política Nacional para Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille,



de informática ou de tecnologia assistida como uma prática cotidiana (BRASIL, 2008, p.11).

Partindo desse pressuposto, observa-se que os professores tem que ter um novo olhar sobre a inclusão buscando novas ferramentas para inovar a prática pedagógica e a forma de avaliar sobre um novo prisma. Todavia alguns fatores como a falta de conhecimento, de preparo e a insegurança em usar novos instrumentos que vão ajudar no processo de aprendizagem de alunos com deficiência e, inclusive facilitar, estimular, apontar caminhos, promover aprendizagens significativas, não são usados, dificultando os avanços da aprendizagem do aluno e da prática pedagógica do professor. No entanto, essas ferramentas existentes promovem excelentes resultados e são apontadas pelos estudiosos como eficazes.

Fernandes (2010) indica alguns instrumentos de avaliação significativos que podem ser utilizados na perspectiva da educação inclusiva, dentre eles destacam-se a observação, portfólio, entrevista, diário de classe, relatório.

A observação deve ser uma ação muito considerada, pois se trata de uma estratégia de avaliação poderosa utilizada na escola. Mas, no entanto, deve-se chamar atenção para o aspecto da responsabilidade com essa ação que não deve ter um objetivo meramente informal. O professor precisa refletir e preparar as avaliações levando em consideração a deficiência de cada um e através da observação será possível criar ações para que alcançarão resultados significativos. Desse modo, as informações colhidas tornam-se valiosas o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem de modo efetivo e significativo.

Segundo Salinas (2004, p. 108) a observação “[...] nos permite comprovar em que medida os alunos nos acompanham como funciona uma determinada atividade, quando ocorre desorientação, desassossego ou satisfação em aula”. No entanto, para isso, ela precisa ir além do olhar informal do professor, manifestado pelo senso comum e ser organizada como observação sistemática, de forma que envolva “[...] instrumentos ou procedimentos que nos permitam recompilar uma informação sistematizada que nos sirva de ponto de referência para refletir, ou no nosso caso, tomar decisões mais abalizadas no processo de avaliação de alunos”.

Através da observação é possível avaliar objetivos educacionais que não podem ser apreciados com a mesma eficiência por outras técnicas. Assim, a observação por meio de registro de fichas possibilita o professor uma observação mais dirigida.

Além da observação outro instrumento muito utilizado a ser considerado como



forma de avaliação é o portfólio. O portfólio é um instrumento de avaliação que possibilita, por meio das atividades programadas, a participação ativa do aluno, uma vez que, posteriormente, o aluno e sua família podem analisar os resultados do início das atividades, o progresso obtido durante o desenvolvimento até o fim. Ele aponta direções, conforme o interesse demonstrado pelo aluno na realização das atividades propostas e da avaliação. Essa ferramenta tem sido mencionada como uma das melhores para avaliar aluno com deficiência intelectual, por permitir o uso de outros instrumentos, conforme a necessidade, proporcionando vastas informações dos avanços do aluno.

Segundo Hoffmann (2002, p. 201) o portfólio é constituído pela “[...] organização de uma coletânea de registros sobre aprendizagens do aluno que favoreçam ao professor, aos próprios alunos e às famílias uma visão evolutiva do processo”. Deve ser organizado pelo aluno, sob orientação do professor. Todavia, uma simples coletânea não constitui um portfólio. Para Hoffmann (2002, p.202) um portfólio “[...] torna-se significativo pelas intenções de quem o organiza”.

No caso dos alunos com deficiência, o portfólio como instrumento de avaliação da aprendizagem pode facilitar consideravelmente a tomada de decisão sobre quais os recursos de acessibilidade que deverão ser oferecidos e qual o grau de sucesso que está sendo obtido com o seu uso. Eles permitem que tomemos conhecimento não só das dificuldades, mas também das habilidades dos alunos, para que, por meio dos recursos necessários, estas habilidades sejam ampliadas.

Fernandes (2010) aponta a entrevista como uma das possibilidades de avaliar todos os estudantes independentemente de suas limitações. Essa ferramenta sob a forma de relações dialógicas entre avaliador e avaliado facilita a compreensão e a interação, principalmente no caso de estudantes com deficiência intelectual, cegueira, ou baixa visão.

Esse instrumento é bastante usado quando a intenção é buscar e reunir informações. Por ser detalhado, a entrevista pode auxiliar na percepção sobre o modo pelo qual alguns alunos aprendem, o que os cativa, encanta, entusiasma, o que os toca, o que pensam acerca de um assunto ou qual é a sua opinião sobre o que poderiam fazer para melhorar a sua aprendizagem. É muito relevante o recolhimento de informações acerca do processo ensino-aprendizagem de crianças com deficiência, bem como o diagnóstico de progressos e dificuldades de várias ordens ou para apontar caminhos e superar dificuldades e identificar soluções.

Diário de classe e o uso do relatório também são apontados como possibilidades de



avaliação, uma vez que essas ferramentas permitem que os alunos vejam e reconheçam avanços significativos na aprendizagem, e fortaleçam a autoestima. Essa análise não fica apenas nas fichas, nos relatórios, “[...] porque sabe que isto é instrumento, vestimenta, aparência. É preciso ir, além disso, de modo hermenêutico. Saborear as entrelinhas, porque, muitas vezes, o que está nas linhas é precisamente o que não se queria dizer” (DEMO, 1995, p.49).

A escrita do Diário é importante no âmbito educacional, pois, como instrumento de ensino-aprendizagem, possibilita conhecer melhor as dificuldades de cada aluno individualmente, o estado real de seus conhecimentos e, conseqüentemente, permite que estes sejam auxiliados de forma mais consistente e que o curso seja redimensionado de acordo com as suas necessidades reais, o que consiste em uma aprendizagem significativa.

Portanto, o diário tem a característica de proporcionar ao aluno a oportunidade de refletir sobre sua maneira de aprender, de pensar nas estratégias de aprendizagem que melhor o auxiliam; de possibilitar o aluno a se tornar participante ativo de seu processo de aprendizado; de proporcionar ao aluno uma aprendizagem significativa, pois mediante esse instrumento, o aluno faz com que seu professor se torne ciente do que tem aprendido e de como aprende.

O uso do relatório é aconselhável em situações que envolvam relatos de experimentos ou atividades de campo, isto é, práticas vivenciadas pelo grupo, como visitas a museus, feiras ou outros ambientes e outras situações de ensino, nas quais prevaleça a necessidade de se retratar o que o aluno aprendeu com aquela atividade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A prática pedagógica e a avaliação da aprendizagem sempre foram temas recorrentes nos estudos em Educação. No campo da educação inclusiva as propostas políticas voltadas para o contexto educacional faz com que a avaliação dos alunos com deficiência exija estratégias adequadas a fim oferecer aprendizagem com qualidade e eficácia.

Os resultados dessa pesquisa indicam a avaliação formativa como uma oportunidade de encontrar os melhores resultados não só com as crianças com deficiência, mas com todas envolvidas no processo. A avaliação formativa por não fixar o olhar do professor somente no caráter classificatório contribui sobremaneira para o processo de aprendizagem visto que mostra o nível ou fase que o já foi alcançado e ainda sugere novos



caminhos ou estratégias a serem adotadas para estabelecer constância no ensino e aprendizagem. Quanto aos instrumentos de avaliação, a pesquisa sinaliza a observação, portfólio, entrevista, diário de classe, relatório como auxílios que poderão trazer importantes contribuições para uma avaliação que alcança não só as crianças com deficiência, mas todas envolvidas no processo ensino e aprendizagem.

É importante salientar que ações e práticas pedagógicas inclusivas trazem um significado para um ensino de modo mais humanizado, capaz de instigar o aluno a participar estão inseridos no processo de aprendizagem. Avaliar implica levantar dificuldades, colocando questionamentos para a reflexão do aluno, apontando caminho. Assim, os instrumentos avaliativos devem ser adequados aos objetivos e às finalidades do ensino e da avaliação. É preciso deixar claro que avaliar não é sinônimo de atribuir nota, mas sim compreender o processo de ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria n° 555/2007, prorrogada pela Portaria n° 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em 13 novembro 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 13 janeiro, 2016.

OLIVEIRA, A. A. S.; CAMPOS, T. M. Avaliação em Educação Especial: o ponto de vista do professor de alunos com deficiência. **Estudos em Avaliação Educacional**. v. 16, n. 31, jan./jun. 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, DA. R. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo: Autores Associados, 1995.



FERNANDES, T. L. G. **Avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência: estudo documental das diretrizes.** 2010.154f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará. 2010.

HOFFMANN, J. M. L. **AVALIAR para promover:** as setas do caminho. Porto Alegre, Mediação, 2002.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover:** as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MANTOAN, M.T.E. **Educação Inclusiva:** Orientações pedagógicas. In: BRASIL. Ministério da Educação da Educação. Atendimento Especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas. Brasília SEESP, 2007.

MANTOAN, M.T.E. **O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RODRIGUES, D; LIMA-RODRIGUES, L. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores? In: RODRIGUES, D. (org.). **Educação Inclusiva:** dos conceitos às práticas de formação. Lisboa: Instituto Piaget, 2011. p. 89-108.

SALINAS, D. **Prova amanhã!** A avaliação entre a teoria e a realidade. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VAGULA, E; VEDOATO, S. C. M. Inclusão no ensino regular: desafios e perspectivas. In: VAGULA, E. VEDOATO, S. C. M. **Educação inclusiva e língua brasileira de sinais.** Londrina: UNOPAR, 2014.